

Fique informado sobre a PETROS

Informativo sobre atuação dos Conselheiros Eleitos da PETROS N° 10 Março/2010

Conselheiros Eleitos da PETROS de olho no patrimônio dos participantes

Os Conselheiros Fiscais e Deliberativos têm sempre exigido explicações da Diretoria Executiva da PETROS, quando analisam todos os processos da entidade. Em especial, com relação aos investimentos. Muitas vezes aparecem na mídia notícias de aplicações desastrosas ou inadequadas ou que teriam nítida influência política.

Recentemente foram exigidas várias explicações, dentre elas sobre aplicações em projetos na área do biocombustível, em construção de barragens que ruíram e que estão em fase de análise para definir responsabilidades.

Da mesma forma foi exigida explicação sobre as aplicações no BANCOOP que já tinha sido objeto de exigência de esclarecimento anterior e cujas informações, na época, sobre as garantias e a boa rentabilidade dos investimentos haviam sido dadas, mas que na realidade não se confirmaram.

As explicações que a Diretoria e a presidência da PETROS deram nos últimos Boletins Eletrônicos da PETROS apenas demonstram que o investimento foi recuperado, mas a rentabilidade, atingida apenas a meta atuarial, ficou longe do que era objetivado.

Por que a Diretoria Executiva da PETROS não

levou ao conhecimento imediato do Conselho Deliberativo da PETROS, órgão hierarquicamente superior, esta questão que, além do risco de perda financeira aos participantes da PETROS, significou também risco à imagem da entidade?

O fato das Diretorias Executivas da PETROS, da PREVI e da FUNCEF terem aprovado fazer um acordo com a Direção do BANCOOP para receberem

o valor aplicado com apenas a rentabilidade de 6% a.a + IPCA (meta atuarial) leva a conclusão de que o negócio, se não foi desastroso para a PETROS e os demais fundos de pensão, do

ponto de vista financeiro, causou prejuízo irreparável à imagem dos fundos.

Tanto o investimento quanto o desinvestimento podem ser entendidos como fruto das ligações políticas mencionadas pela mídia e que estão sendo alvo de investigação pelo Ministério Público e talvez por nova CPI.

Tais episódios ocorreram sob responsabilidade exclusiva da Diretoria Executiva da PETROS, sem que fossem levados ao conhecimento e deliberação no Conselho Deliberativo da entidade, provocando danos irreparáveis à imagem da PETROS.

Por que a Diretoria Executiva da PETROS não levou esta questão para deliberação no Conselho Deliberativo?

É hora de apreciar as contas e a gestão dos administradores da PETROS

Ao final de cada ano a Diretoria Executiva da Petros apresenta as Demonstrações Contábeis e a Reavaliação Atuarial. Através destas são apresentados os resultados das aplicações financeiras, o valor do patrimônio acumulado e se o Plano está equilibrado e projetados atuarialmente a garantia do

cumprimento dos compromissos assumidos contratualmente com os participantes.

Cabe aos Conselheiros Fiscais e Deliberativos analisarem esse balanço anual, como o fazem de forma parcial a cada mês, trimestre e semestre, elaborando pareceres e relatórios que ficam a disposição das autoridades

governamentais para o exercício da fiscalização que a legislação determina.

Desta forma, apresentarão seus pareceres aprovando ou desaprovando os resultados apresentados e a gestão dos administradores, cuja indicação ainda é de forma hegemônica feita pelas patrocinadoras. (continua...)

(continuação)

Os participantes contam pela primeira vez nos últimos sete anos com Conselheiros Deliberativos Eleitos que representam efetivamente a maioria em razão dos resultados registrados nas últimas eleições.

Tanto no Conselho Fiscal quanto no Deliberativo a atuação dos Conselheiros eleitos tem

trabalhado com foco na fiscalização sobre a administração dos recursos garantidores do cumprimento dos compromissos contratados e dos recursos que compõem o Fundo Administrativo.

Os principais objetivos perseguidos são: o equilíbrio da gestão com a proposta de Regimento Interno do Conselho

Deliberativo para eliminar as atuais restrições impostas à representação dos participantes na elaboração da pauta de assuntos para deliberação do colegiado e no excessivo poder que a presidência impõe pelo uso inadequado do voto de qualidade e do uso indevido de decisões monocráticas pelo presidente que representa as patrocinadoras.

Muito trabalho pela frente

Os Conselheiros eleitos já apresentaram as suas propostas de mudanças do Estatuto da Fundação para que a presidência da diretoria seja exercida por participante com mais de 10 anos de contribuição. Que ao Conselho Fiscal seja atribuído o poder de aprovar ou desaprovar as Demonstrações Contábeis sem que o Conselho Deliberativo possa aprovar sem que as razões da desaprovação pelos Fiscais sejam devidamente investigadas. Consta, ainda, da proposta de mudança a eleição de dois dos quatro membros da diretoria.

O trabalho insistente dos Conselheiros eleitos tem frutificado. Uma das exigências em fase de atendimento é a demonstração da gestão por Plano administrado, a rentabilidade de cada Plano e o custo administrativo por plano, em nível de participante. Bem como a exigência da eliminação do subsídio ao custeio administrativo dos Planos e o ressarcimento dos subsídios decorrentes da fase de amadurecimento do Multipatrocínio.

O uso inadequado de premissa atuarial que promoveu superávit ao final de 2008 e 2009 tem sido reprovado e registrado em votos contrários, porque não foram, para tanto, cumpridas exigências legais e estes "superávits" promovem de forma inadequada a redução da dívida das patrocinadoras confessadas e cujo pagamento prometido para 20 anos, pode não acontecer.

Outro assunto relevante foi o prejuízo causado aos participantes do Plano Petros BRASKEM (antigo Plano da COPENE) pela inadimplência da patrocinadora por cerca de quatro anos, sem que a execução dessa dívida, conforme manda a legislação, tenha sido providenciada pela Administração da PETROS, porque nesse período da inadimplência a autoridade governamental competente não havia autorizado, previamente, a retirada do patrocínio pela patrocinadora BRASKEM.

Os Conselheiros Eleitos requereram na forma prevista nos Estatuto da Fundação a contratação de

auditoria por firma indicada pelos eleitos para apurar, estes procedimentos que consideram ilegais, bem como o inseqüente descumprimento de determinação do Conselho Deliberativo para executar auditoria em todos os cálculos iniciais dos benefícios concedidos, tanto da suplementação Petros, quanto do benefício oficial - INSS.

Por causa dessa atitude que afronta a autoridade do Conselho Deliberativo não realizando auditoria tão importante, as ações judiciais cresceram exponencialmente acarretando custos altíssimos com advogados contratados dos para lutar contra nós os participantes com uso do nosso próprio patrimônio.

Esta requisição dos Conselheiros Eleitos ainda não foi atendida e a consequência dessa atitude será examinada no devido tempo.

Os Conselheiros Eleitos também fizeram proposta para acabar com a prática absurda da procrastinação do cumprimento das decisões judiciais que determinaram a imediata correção dos benefícios com o uso correto do que consta no Regulamento em seu artigo 41, ou seja: a correção como uso do percentual real dos aumentos dos salários dos ativos, considerando a correta valorização das tabelas salariais das patrocinadoras.

Esta proposta foi retirada de pauta para aguardar decisão pelo Supremo Tribunal Federal - STF de processo "com repercussão geral", provocada pela PETROS, e deverá retornar à pauta para deliberação do Colegiado, face ao voto da relatora que determina no mínimo que as ações já julgadas deverão ser cumpridas, independente da decisão final sobre a competência da Justiça do Trabalho para julgar ações dos participantes contra a Petros/Petrobras.

Todas essas questões certamente serão mencionadas nos pareceres dos Conselheiros eleitos quando se pronunciarem sobre as Demonstrações Contábeis e a gestão da Diretoria Executiva.

Estas questões serão mencionadas nos pareceres dos Conselheiros Eleitos quando apreciarem as contas e a gestão da PETROS

Expediente

“Fique informado sobre a PETROS” é o informativo sobre a atuação dos Conselheiros da Petros, eleitos pelos participantes (ativos, aposentados e pensionistas). **CDPP** – Comitê em Defesa dos Participantes da Petros; **FNP** – Frente Nacional dos Petroleiros; **FENASPE** – Federação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobrás e Petros. **Conselheiros responsáveis:** Agnelson Camilo, Epaminondas Mendes, Fernando Siqueira, Paulo T. Brandão, Oscar Scotta, Roberto Ribeiro, Ronaldo Tedesco, Sérgio Salgado, Silvio Sinedino e Yvan Barretto
Contato: ptbrandao@terra.com.br – **Edição:** José Carlos Moutinho